



Contemporânea

Contemporary Journal

3(2): 691-707, 2023

ISSN: 2447-0961

Artigo

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA: BREVE ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN RURAL SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA: BRIEF ANALYSIS OF THE SCHOOL CENSUS

DOI: 10.56083/RCV3N2-006

Recebimento do original: 16/12/2022

Aceitação para publicação: 20/01/2023

Leandro Ferreira da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Instituição: Instituto Federal do Pará - Campus Conceição do Araguaia

Endereço: Avenida Couto Magalhães, 1649, Conceição do Araguaia - PA, CEP: 68540-000

E-mail: ferreira.leandro@ifpa.edu.br

Allan Rocha Damasceno

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Endereço: Km 07, Zona Rural, BR-465, Seropédica - RJ, CEP: 23890-000

E-mail: lepedi-ufrj@hotmail.com

Yusuky Sousa Gomes

Mestrando em Ciências Ambientais e Florestas

Instituição: Universidade Federal do Tocantins

Endereço: Chácara 69-72 Rua Badejos, Lote 7, S/N, Câmpus - Jardim Sevilha, Gurupi - TO,

CEP: 77410-530

E-mail: yusukyy@outlook.com

RESUMO: O presente trabalho objetiva caracterizar a implementação de Políticas Públicas de Educação Especial no âmbito da Educação Inclusiva tendo como base os dados de matrícula do Censo Escolar de 2015, no que se refere às condições de escolarização de estudantes público alvo da Educação Especial que vivem em projetos de assentamentos da reforma



agrária localizados na região de Conceição do Araguaia/PA. Encontramos nos dispositivos legais a relação da Educação Especial na Educação do Campo que favorece essa interface e nos permite dialogar com essas duas modalidades. É escassa a produção científica que aborda essa relação, resultando num silêncio histórico entre essas modalidades. A fundamentação teórico-metodológica será a Teoria Crítica da Sociedade com destaque ao pensamento Adorno, além de, outros autores que balizarão este estudo. Os instrumentos e procedimentos de coleta de dados que serão destacados no presente trabalho são as legislações da Educação Especial e da Educação do Campo, dados do Censo Escolar de 2015, visitas às escolas, além do uso do software SPSS (Statistics Syntax Editor), ao qual, se extraiu os indicadores educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Logo, os resultados apontaram a dificuldade dos gestores das escolas do campo em relação ao laudo/diagnóstico dos estudantes com deficiência e que em algumas escolas há divergência quando se compara com os dados do INEP.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Educação do Campo, Políticas educacionais.

ABSTRACT: The present work aims to characterize the implementation of Public Policies on Special Education within the scope of Inclusive Education based on enrollment data from the 2015 School Census, with regard to the conditions of schooling of students target audience of Special Education who live in projects of agrarian reform settlements located in the region of Conceição do Araguaia/PA. We find in the legal devices the relationship of Special Education in Rural Education that favors this interface and allows us to dialogue with these two modalities. There is little scientific production that addresses this relationship, resulting in a historical silence between these modalities. The theoretical-methodological foundation will be the Critical Theory of Society with emphasis on Adorno's thought, in addition to other authors who will guide this study. The data collection instruments and procedures that will be highlighted in this work are the legislation of Special Education and Rural Education, data from the 2015 School Census, visits to schools, in addition to the use of SPSS software (Statistics Syntax Editor), when which, the educational indicators of the target audience of Special Education students were extracted. Therefore, the results showed the difficulty of managers of rural schools in relation to the report/diagnosis of students with disabilities and that in some schools there is divergence when compared with INEP data

KEYWORDS: Special Education, Field Education, Educational policies.



1. Introdução

Presenciamos nos últimos anos Políticas públicas inclusivas que culminaram com o aumento do número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, em todas as etapas da educação, da Educação Infantil ao Ensino Superior. A inclusão das pessoas com deficiência é atualmente um tema debatido em todo mundo, e no Brasil essa discussão tem se ampliado consideravelmente. Para Silva (2008, p. 91):

Ao analisar os aspectos históricos da apreensão de pessoas com deficiência e da educação especial, a história nos revela a variedade de crenças e concepções ligadas ao tratamento dessas pessoas. A sociedade e os povos, como a história vem registrando, apontam, demonstram, avisam, rotulam, estigmatizam a sociedade de forma a impulsionar o preconceito contra as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nas últimas décadas, presenciamos um aumento de inúmeros dispositivos legais com vistas ao fortalecimento e efetivação das Políticas Públicas na orientação inclusiva da Educação Especial. Isso se revela na evolução do aumento de matrícula.

Segundo dados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP), no tocante a matrícula da Educação Especial, desde 1998, observa-se um crescimento de matrículas de estudantes com deficiência. Nos anos de 2002 a 2005 presenciamos um crescimento de 42%, nos anos seguintes, por exemplo, de 2009 a 2010, houve um aumento de 10%. O impacto no crescimento dessas matrículas, se revela nos dados dos três últimos Censo Escolar de 2013, 2014 e 2015.

O fortalecimento dessas Políticas se deve ao fato do aprimoramento das ideias e da construção de uma orientação inclusiva. A Política Nacional



de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008, p.10) afirma:

A Educação Especial é uma modalidade da educação, que deve perpassar todos os seus níveis de ensino, ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e destina-se às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial está ocorrendo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ou seja, é real e crescente a presença destes alunos em escolas regulares.

Nesse contexto, infere-se sobre o desafio de incluir estes alunos com todas as suas especificidades e limitações, com destaque as barreiras urbanística, arquitetônica, atitudinais ou de comunicação. Interessante que ao analisar os microdados do Censo da Educação Básica, observamos a existência dos estudantes que residem e estudam no campo. Inferimos a seguinte pergunta: O que apontam as pesquisas em relação a(s) interface(s) entre a Educação Especial e a Educação do Campo?

A Educação do Campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombos, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país (BRASIL, 1996; 2008b, p.1-3)

A Educação do Campo vem reivindicando nas últimas décadas, através dos movimentos sociais e das amplas discussões no âmbito educacional, uma educação específica para as populações do campo, que de acordo com a o art. 28 da LDB 9394/96 (BRASIL, 2001a), promova as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as metodologias atendam às reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural (CALDART, 2003).

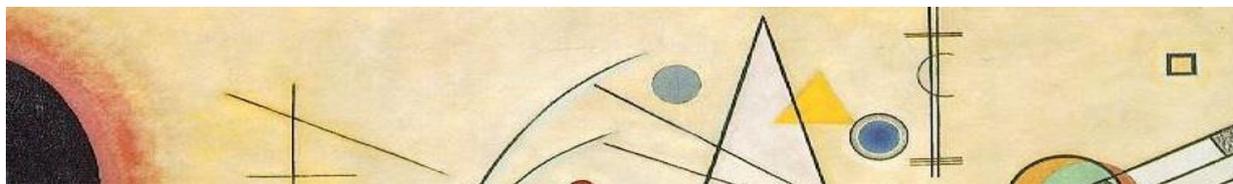


São escassas as pesquisas de Educação Inclusiva voltadas para a população do campo, que carece de uma educação que levem em conta as especificidades históricas, políticas, culturais, além de, seus interesses e desenvolvimento econômico e sociocultural, oportunizando uma vida digna, garantindo o direito de permanecerem no campo se assim desejarem. A compreensão do campo (sua história, valores, cultura, saberes, sujeitos e processos específicos de produção e manutenção da vida) precisa ser assumida pela escola como fonte de estudo e conhecimento. Levantamentos do último Censo Demográfico de 2010 (IBGE), aponta que 15,63% da população brasileira vivem no campo.

A partir dos últimos levantamentos de censo demográfico, sabe-se que a maioria de pessoas com deficiência no país ainda vive sem acesso à educação, sendo que com a precárias condições de vida no campo esse acesso é ainda menor. (CAIADO; MELETTI, 2011, p.96)

Nessa perspectiva, a problemática desta pesquisa relaciona-se sobre a Educação Inclusiva, em particular sobre dois temas: A Educação Especial e a Educação do Campo, que desvelam suas particularidades, mas suas interfaces apresentam relevância ao se constatar que essas modalidades tiveram escassa atenção do poder público, reveladas pelo histórico descaso de ausência/incipiência de Políticas públicas para as populações do campo e às pessoas com deficiência.

[...] a impossibilidade de participação social que as pessoas com deficiência enfrentam não se justifica pela deficiência em si. Essa impossibilidade, traduzida muitas vezes por incapacidade, é resultado das barreiras sociais a que diuturnamente estão expostas. Esse quadro se torna mais complexo ao pensarmos nas precárias condições de vida que enfrentam os que vivem no campo. Na ausência de Políticas Públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social (CAIADO; MELETTI, 2011, p.102)



Em estudos realizados por Caiado e Meletti (2011), revelam que a relação entre a Educação Especial e a Educação do Campo ainda precisa/necessita ser aprofundada, considerando um silêncio histórico de produção científica nos grupos de pesquisas relacionadas a essa temática. Segundo as autoras, trabalhar a interface entre essas duas grandes áreas é um desafio, levando-se em conta que recentemente a Educação Especial e a Educação do Campo foram consideradas como um direito social.

Os dispositivos legais da relação entre a Educação Especial e a Educação do Campo se encontram em vários documentos, tais como:

- As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), estabelecem que:

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

- A Resolução nº 2/2008b que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de Políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, reafirma:

§5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) afirma que:



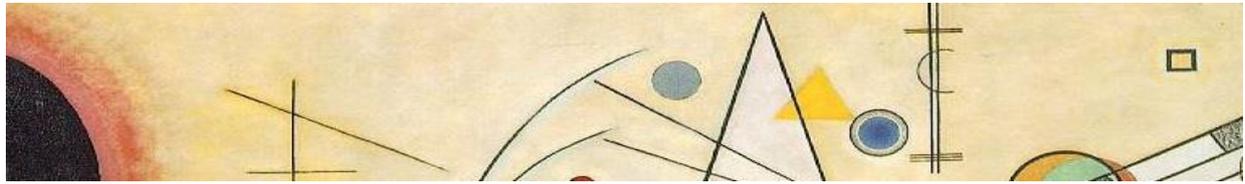
A interface da Educação Especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos, construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17)

- Documento da Conferência Nacional de Educação¹ (BRASIL, 2010a), no eixo intitulado “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade” afirma que na construção de um sistema nacional articulado de educação são necessárias ações referentes às questões étnico-racial, indígena, do campo, das pessoas com deficiência, educação ambiental, crianças e adolescentes e jovens em situação de risco, educação de jovens e adultos e educação profissional. Quando se refere a Educação do Campo e a educação indígena há metas como:

m) Estimular a interface da Educação Especial na Educação do Campo, a fim de assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desse segmento. (p.137)

Pesquisando sobre o contexto regional e geográfico do município de Conceição do Araguaia/PA, a cidade tem uma das maiores áreas de assentamento de reforma agrária do país, e que existem inúmeros estudantes com deficiência vivendo/residindo no campo. Como vivem os estudantes com deficiência nas escolas do Campo? Será que existe a interface da Educação Especial na Educação do Campo?

¹ Evento que discutiu Políticas para o Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorará no período entre 2014 a 2020, que foi sancionado pela Presidente Dilma dia 25 de junho de 2014.



2. Objetivos

O objetivo da presente pesquisa é analisar os microdados do Censo Escolar refletindo sobre os indicadores oficiais da Educação Básica acerca das matrículas dos estudantes público alvo da Educação Especial que estudam nas regiões urbanas e rurais de Conceição do Araguaia/PA.

3. Metodologia

A fundamentação teórico-metodológico se estrutura com base na Teoria Crítica da Sociedade. Nesse sentido, recorreremos ao pensamento de Theodor Adorno, que se constitui no próprio método da pesquisa, ou seja, os dados levantados dos indicadores oficiais foram analisados e discutidos considerando o pensamento do filósofo citado. Pois, para a Teoria Crítica não há cisão entre método e pesquisa, a própria teoria se constitui como método basilar do presente trabalho. Deste modo, é “partindo da Teoria para entender a Práxis, retornando à primeira para construir conhecimento [...] uma vez que Práxis e Conhecimento são indissociáveis” (DAMASCENO, 2010, p.127).

Os indicadores educacionais do registro de estudantes público alvo da Educação Especial no Campo em Conceição do Araguaia/PA foram analisados por meio do microdados do Censo da Educação Básica. Para tanto com a utilização do software SPSS (Statistics Syntax Editor), extraímos os dados estatísticos-educacionais que são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. No universo das necessidades educacionais especiais, os dados levantados foram relativos às matrículas dos alunos público alvo da Educação Especial, a saber alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação das escolas localizadas nas áreas de distritos rurais de Conceição do Araguaia/PA, no período de



2014 e 2015. Em seguida foram feitas visitas às escolas do campo no sentido de detectar se os dados inseridos no Censo Escolar conferem com a realidade.

4. Resultados

Ao analisar os indicadores educacionais da Educação Especial no ano de 2015, por meio dos microdados do Censo da Educação Básica realizado pelo INEP, observamos que 13,14% dos estudantes público alvo da Educação Especial no Brasil estudam nas escolas do Campo.

Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Especial por etapa de ensino no Brasil - 2015

Matrículas da Educação Especial / BRASIL Censo da Educação Básica 2015						
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Total	%
Zona Urbana	40.191	496.885	57.117	53.166	647.359	86,86%
Zona Rural	4.781	84.338	2.124	6.761	98.004	13,14%
Total	44.972	581.223	59.241	59.927	745.363	100%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.

O contexto da Educação Especial em escolas do campo ganha ainda maior relevância na Amazônia, pelo seu contexto regional, geográfico e político, e especialmente no estado do Pará. A Amazônia Paraense está localizada no extremo norte do país, o segundo maior estado em termo de extensão territorial do Brasil. Se caracteriza como o estado mais rico e populoso da Região Norte, com uma população estimada em 8.175.113 habitantes, onde 68% da sua população residem na zona urbana e 31,5% na área rural. Comparando com a média nacional, o estado possui um índice populacional de pessoas residindo no campo elevado, o que caracteriza como um estado com perfil agrário, onde residem diversas populações tradicionais como: indígenas, quilombolas e camponesas.



O Pará é um estado marcado por conflitos agrários, na luta pela propriedade de moradia, esta região concentra o primeiro lugar em casos de morte por disputas de terra no país. A efetivação de políticas públicas por uma Educação no Campo tem uma premissa e a singularidade de ser contextualizada em um território dos mais emblemáticas da Amazônia contemporânea: o Sul do Pará. Como fronteira de conflitos, esse território tem sido lócus propício para diversas pesquisas, que envolvem múltiplas violências: grilagem, queimadas, desmatamento, trabalho similar à escravidão, desrespeito aos povos tradicionais, assassinatos. Todos estão relacionados às injustiças sociais no campo.

No campo, historicamente, a distribuição desigual de terras desencadeou conflitos que envolvem a violação de direitos das populações do campo que vivem em condição de exclusão, contra qual lutam de forma organizada em movimentos sociais. (BRASIL, 2013)

Analisando os microdados do último Censo da Educação Básica do estado do Pará, realizado no ano de 2015, podemos observar que do total de matrículas, cerca de $\frac{1}{4}$ e/ou 25,80% dos estudantes público alvo da Educação Especial estudam nas escolas do campo, superando a média nacional de 13,14%.

Tabela 2 - Número de matrículas da Educação Especial por etapa de ensino no Pará -2015

Matrículas da Educação Especial / PARÁ Censo da Educação Básica 2015						
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Total	%
Zona Urbana	1.196	17.533	860	2.520	22.109	74,2%
Zona Rural	434	6.735	40	482	7.691	25,8%
Total	1.630	24.268	900	3.002	29.800	100%

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.



A Educação Especial do município de Conceição do Araguaia/PA se organiza seguindo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), ofertando o ensino comum e o atendimento educacional especializado.

E sobre as matrículas da Educação Especial nas comunidades do campo na rede municipal de Conceição do Araguaia, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 3 – Matrículas da Educação Especial por etapa de ensino do Município de Conceição do Araguaia/PA, 2014-215

Ano	Total Geral	Zona Urbana				Zona Rural							
		Ed. Infantil	Funda-mental	Médio	EJA	Total	%	Ed. Infantil	Funda-mental	Médio	EJA	Total	%
2014	245	9	166	3	17	195	79,6	1	38	11	3	50	20,4
2015	244	15	173	0	14	202	82,8	0	41	0	1	42	17,2

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2014-2015.

Algumas escolas da zona urbana ofertam o atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, das oito escolas localizadas na zona rural nenhuma dispõe de sala de recursos, mesmo possuindo alguns materiais para atendimento. Foram constatadas essas informações em duas escolas visitadas, onde foram colhidos relatos de professores que atendem estudantes público alvo da educação. Segundo os profissionais não há atendimento educacional especializado nas escolas localizadas na zona rural, os professores que tem o perfil e/ou formação para atuar na área de educação especial não encontram amparo por parte dos gestores das escolas para ofertar este tipo de atendimento. Quando analisamos o Censo da Educação Básica (2014-2015) os dados dos estudantes público-alvo da educação especial no município temos a seguinte realidade: cerca de 20% destes estão matriculados nas escolas do campo, sendo 50 alunos atendidos no ano de 2014 e 42 no ano de 2015.



TABELA 4 – Distribuição dos estudantes público alvo da Educação Especial, por tipo de deficiência nas Escolas do Campo no município de Conceição do Araguaia/PA - 2015

Tipo de deficiência	Quantidade
Deficiência Visual	10
Deficiência Auditiva	10
Deficiência Física	8
Deficiência Intelectual	10
Autismo	4
Total	42

Fonte: MEC/INEP. Censo da Educação Básica: microdados, 2015.

Quanto à caracterização destes alunos público-alvo da educação especial matriculados nas escolas do campo do município de Conceição do Araguaia/PA, detectamos a maioria dos estudantes matriculados nas escolas do campo têm deficiência visual, intelectual e auditiva. Em relação ao perfil dos alunos da educação especial, foram identificou-se a dificuldade dos gestores das escolas do campo em relação ao laudo/diagnóstico dos estudantes com deficiência e que nas duas escolas visitadas há divergência quando se compara com os dados do Censo Escolar do INEP. Em uma das escolas visitadas, havia 18 alunos da educação especial nos dados do Censo, e na verificação *in loco* havia um número maior de alunos com deficiência. Pela dificuldade do laudo/diagnóstico, muitos alunos não são contabilizados ou informados no Censo da Educação Básica. As informações inseridas no Censo Escolar subsidiam políticas públicas no desenvolvimento de programas educacionais como Dinheiro Direto na Escola e orientam o destino de verbas públicas como alimentação escolar, transporte, livros didáticos, energia elétrica e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por isso a importância dos dados de matrícula e o perfil dos estudantes público alvo da educação especial.



5. Conclusões

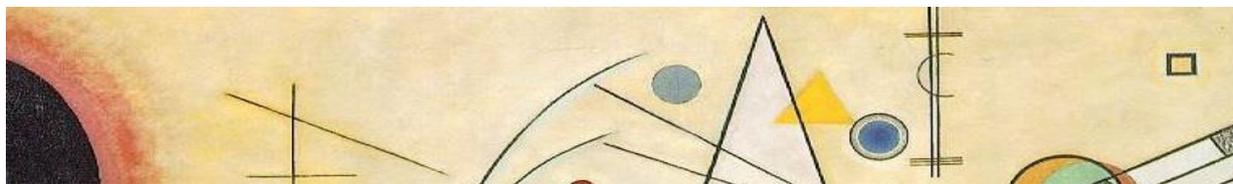
Em um contexto da Amazônia Paraense, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Campo tem uma grande relevância, os dados revelam a existência de alunos com deficiências matriculados nas escolas localizadas em áreas e distritos rurais de Conceição do Araguaia. Quando dialogamos sobre Educação Inclusiva, não estamos falando apenas da pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditivo e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, segundo o que a legislação brasileira preconiza, como sendo o público-alvo da educação especial.

Educação Inclusiva envolve todos aqueles que estão fora da escola, que historicamente foram excluídos desse processo. Referimo-nos aos povos tradicionais como os indígenas, movimento negro, os sem-terra, as pessoas com deficiência, entre outros.

Pensar sobre educação especial é percorrer o caminho da “desbarbarização da educação”. Segundo Adorno (1995a) “a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade”, pois ao voltar-se para uma educação emancipadora poderemos avançar para construção de uma sociedade mais democrática, humana e acolhedora.

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade (ADORNO, 1995a, p. 155).

As pesquisas em Educação Especial vêm revelando que não é a escola que está inapta para receber uma pessoa que tem diferença significativa. A



escola brasileira, como um todo, vem se revelando inapta para atender às demandas dos alunos. Mesmo aqueles que não têm deficiência, de uma maneira geral, mas também aqueles que têm potenciais distintos e suas demandas são invisibilizadas. As escolas trabalham na perspectiva da homogeneidade, todo mundo aprende do mesmo jeito, ao mesmo tempo, da mesma maneira e da mesma forma. Quem tem uma diferença significativa, independente as diferenças serem presentes ou não num cenário da pessoa com deficiência, é alijado, é marginalizado.

As pessoas com deficiência que residem no campo vivem em uma dupla exclusão, são excluídos porque são trabalhadores do campo, possuem todo um histórico de conflitos e marginalização, podemos citar a ausência de uma reforma agrária verdadeira, falta de políticas de incentivo para fixação do homem no campo, condições reais dignas de vida. As pessoas com deficiência que vivem nessas famílias têm sobreposto essa marginalização da condição da deficiência que fica mais acentuada não só pelo preconceito, mas pela falta de saúde, de habitação, de transporte adequado e de escolarização. Vivem o acirramento das contradições que a luta no campo traz.



Referências

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica – 2015*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 30 jan. 2016

_____. Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação*. Câmara de Educação Básica. Resolução nº2, de 28 de abril de 2008b. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jan.2016

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 8 fev.2016

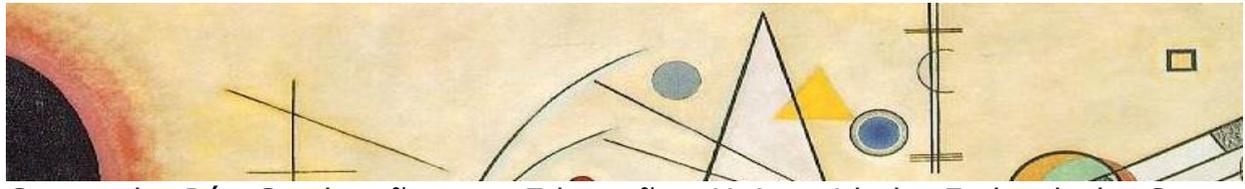
_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008^a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 dez.2015

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. In: Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. (Org.) Caldart, R. Salete et al. 2^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. *Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.17, p.93-104,2011

DAMASCENO, A. R. *Educação Inclusiva e Organização da Escola: Projeto Pedagógico na Perspectiva da Teoria Crítica*. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação da FE/UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, 2010.

SILVA, S. G. L. *Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) –



Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.